



ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

FUNDADO EM 1937

OFÍCIO DIRADMFIN 0036/2019

Goiânia, 24 de abril de 2019.

Ilmo. Sr.

LEURY MENDES

DD. Diretor Financeiro da Federação Goiana de Futebol

NESTA

Senhor Diretor,

O Atlético Clube Goianiense, associação desportiva, com sede na Rua Vitória Régia, quadra 01, lote 20, setor Urias Magalhães, Goiânia-Goiás, inscrita no CNPJ sob n. 01.588.755/0001-11, vem respeitosamente, encaminhar as Demonstrações Contábeis exigidas pela Resolução CFC 1.429/2013, Item 16, referentes ao ano-base 2018, acompanhadas do relatório emitido pelos auditores independentes, conforme previsto no art. 46-A da Lei 10.672/2003;

Atenciosamente,


 **Aline Alves**
Gerente Administrativo



Rua Vitória Régia, Qd. 01, Lt. 20
Setor Urias Magalhães – Goiânia – Goiás
CEP – 74.565-100 – Tel.: 55 (62)3210-3333

Atlético Clube Goianiense

Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2018 e 2017



Mensagem do Presidente

Em cumprimento a letra “d” do Art. 36 do Estatuto Social, apresentamos o relatório das atividades realizadas no ano de 2018, incluindo os demonstrativos financeiros referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Além disso, cumpre-nos comparar o exercício 2017. Em 2018 houve uma significativa evolução da organização das finanças do Clube em relação a anos anteriores, sem deixar em segundo plano a qualidade e competitividade da equipe profissional de futebol e os investimentos no futebol de formação. Nesse ano foram realizados investimentos na reforma e ampliação do Estádio Antônio Accioly, fato que contribuirá no crescimento do Clube. No que se refere às finanças, houveram aplicação de recursos recebidos na redução de dívidas com impostos, quitações de ações trabalhistas, reformas estruturais e despesas gerais. A assembleia geral aprovou a reforma do nosso Estatuto Social, que se adequou ao que determina a Lei Federal 13.155/2015 (PROFUT), que é a transparência e a responsabilidade econômico-financeira, na esteira daquilo que se pratica administrativamente pelos dirigentes.

Em relação ao Futebol Profissional, investimos em torno de R\$ 5 milhões na manutenção da equipe profissional (atleta e colaboradores), entre outros. No Futebol de Formação, houve relativos investimentos nas três categorias: sub-15, sub-17 e sub-19.

O Clube apresentou um SUPERAVIT de R\$ 6,4 milhões em 2018. Estes importantes resultados decorrem das Receitas de Publicidade e Patrocínio (4,5 milhões); das receitas com direitos de transmissão pela televisão, principalmente Campeonato Brasileiro Série B, Copa Brasil e Campeonato Goiano (R\$ 6,4 milhões); a negociação de Direitos Federativos de atletas profissionais (R\$ 11,1 milhões). Superamos, portanto, nosso compromisso de redução do déficit acumulado apresentado em 2017 de R\$ 26.2 milhões para R\$ 19,2 milhões em 2018; e, para 2019, projetamos manter o mesmo equilíbrio entre receitas e despesas, com políticas de austeridade nas despesas e investimentos do Clube, sempre respeitando as determinações do PROFUT. Finalmente, pelas mais diversas contribuições que deram para o Atlético Clube Goianiense, ao longo do ano de 2018, agradecemos aos nossos Associados, Conselheiros, Torcedores, Patrocinadores, Instituições Financeiras e Colaboradores.



Maurício Borges Sampaio
Diretor Presidente

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE.

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos superávits

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores, Conselheiros e Associados
Atlético Clube Goianiense.
Goiânia – Goiás

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Atlético Clube Goianiense (Clube), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Atlético Clube Goianiense em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como aquelas aplicáveis às pequenas médias empresas (NBC TG 1000 – R1), as normas aplicáveis a entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 – R1) e entidades desportivas profissionais (ITG 2003).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Controle físico do ativo imobilizado

O Clube está em processo de levantamento do controle físico do ativo imobilizado para subsidiar a análise da composição, movimentação e depreciação dos itens que compõem nas respectivas rubricas do imobilizado. Em decorrência desse processo de implementação dos controles, o Clube não adotou a revisão da vida útil do ativo imobilizado conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 27 e pela interpretação Técnica ICPC 10, portanto, o Clube decidiu continuar depreciando o saldo do ativo imobilizado utilizando as taxas permitidas pela legislação tributária. Como consequência, não nos foi possível concluir sobre a adequação do saldo do ativo imobilizado e despesa de depreciação, nos montantes de R\$ 24.418 mil e R\$ 401 mil, respectivamente, advindos desse tema em 31 de dezembro de 2018.

Ausência de composição auxiliar analítica

Conforme Nota Explicativa nº 13, o Clube possui registrado o montante de R\$ 2.091 mil no passivo circulante e R\$ 812 mil no passivo não circulante, como outras contas a pagar, dos quais R\$ 1.184 mil referem-se as Premiações a pagar. Em nossos exames não nos foi apresentado composição analítica auxiliar da conta de Premiações a pagar na data base de 31 de dezembro de 2018. A administração do Clube vem adotando procedimentos para a elaboração dos relatórios auxiliares das contas, contudo até o término de nossos exames, os trabalhos não haviam sido concluídos. Consequentemente, não podemos avaliar quanto à adequação do saldo contábil da referida rubrica em 31 de dezembro de 2018.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Clube, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis.

Ênfase

Adesão ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT)

Conforme mencionado na Nota 14, o clube aderiu ao Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (PROFUT). Como resultado, o Clube atualizou o valor de seus débitos e tem recolhido, desde então, os tributos e contribuições incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340. Até a data de emissão desse relatório, os órgãos competentes não homologaram a consolidação dos débitos que ratificasse os cálculos apresentados quando da adesão, protocolada em novembro de 2015, podendo até a homologação, solicitar-se que o Clube apresente outros esclarecimentos. Nossa opinião não contém ressalva em relação a esse assunto.

Partes Relacionadas

Chamamos atenção para a nota explicativa nº 7 onde descreve que o Atlético Clube Goianiense, realiza transações significativas com partes relacionadas. Essas transações foram efetivadas de acordo com termos estabelecidos pela Administração do Clube em conjunto com seus administradores. O resultado das operações e a posição financeira do Clube poderiam ser diferentes daquelas que seriam obtidas caso referidas transações fossem efetuadas em condições normais de mercado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Continuidade

O clube vinha apresentando sucessivos e relevantes déficits nos últimos exercícios, aumentando o grau de endividamento e possui passivo a descoberto no montante de R\$ 3.403 mil. A partir de 2015, o Clube iniciou processo conjunto de reestruturação operacional e financeira. As ações que estão sendo desenvolvidas pela Administração para a superação das atuais dificuldades estão descritas na Nota Explicativa nº 1. Dessa forma, o equilíbrio econômico-financeiro e a continuidade normal de suas operações dependerão do sucesso do referido processo de reestruturação. As demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluem nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade do Clube continuar operando. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Saldos correspondentes comparativos

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício comparativo de 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram examinadas por nós onde nosso relatório de auditoria, datado de 23 de abril de 2018, com modificação na opinião em dos mesmos assuntos destacados na seção intitulada 'Base para opinião com Ressalva e pela ausência de controles analíticos dos Empréstimos e Financiamentos das rescisões a pagar e pela realização dos ajustes sem observar o CPC 23 . Todavia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 as informações financeiras do Empréstimos e Financiamento, das rescisões a pagar foram devidamente conciliadas e atualizadas e não houve impacto julgado material no resultado corrente do exercício.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Clube continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Clube ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Clube são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Clube.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Clube. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Clube a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 15 de abril de 2019.



Rodrigo Costa Silva
Contador CRC 1 GO 016905/O-4



Diogo Natalício de Araújo Lima
Contador CRC 1 GO 25894/O-8

Atlético Clube Goianiense

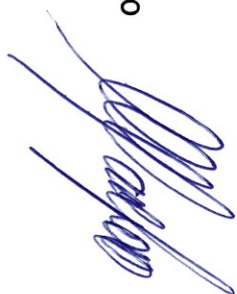
Balancos patrimoniais Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

Ativo	Nota explicativa		
	2018	2017	
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	82.658	1.170.306	
Contas a receber	1.625.000	2.341.180	
Tributos e contribuições a recuperar	6.051	6.051	
Partes Relacionadas	-	500.000	
Outros créditos	28.004	4.080	
	1.741.713	4.021.617	
Não circulante			
Aplicações financeiras restritas	-	8.000	
Depósitos Judiciais	558.979	154.793	
Imobilizado	24.418.646	19.205.656	
Intangível	1.362.006	1.474.942	
	26.339.630	20.843.391	
Total do ativo	28.081.343	24.865.008	

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa		
	2018	2017	
Fornecedores	242.690	69.300	
Empréstimos, financiamentos e encargos	673.549	3.229.730	
Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias	1.152.585	2.010.873	
Outras contas a pagar	2.091.116	2.346.822	
Parcelamentos tributários CP	782.000	643.072	
Acordos Processuais Trabalhistas CP	1.526.400	950.900	
	6.468.340	9.250.697	
Não circulante			
Fornecedores LP	25.713	99.416	
Outras contas a pagar	812.028	-	
Rescisões a pagar	2.237.609	5.099.365	
Parcelamentos tributários LP	11.958.004	11.442.750	
Acordos Processuais trabalhistas	1.616.930	996.737	
Partes Relacionadas	1.171.223	-	
Provisões para riscos processuais	7.194.738	7.685.693	
	25.016.245	25.323.961	
Patrimônio Social			
Fundo Patrimonial	16.482.715	16.482.715	
Superavit/Deficit Acumulados	(19.885.957)	(26.192.365)	
	(3.403.243)	(9.709.650)	
Total do passivo e do patrimônio líquido	28.081.343	24.865.008	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

MAURICIO BORGES SAMPAIO
Presidente
CPF/MF n° 212.854.201-44



CLAUCIENE CRISTINA DA SILVA
Contadora
CRC/GO n° 013.841/O-1
CPF:814.343.591-15



Atlético Clube Goianiense

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em Reais)

	Nota explicativ	2018	2017
Receita líquida - futebol profissional			
Direitos de Transmissão	18	6.402.956	29.000.000
Bilheteria	18	923.380	4.128.702
Patrocínio e publicidade	18	4.480.000	4.797.874
Sócio Torcedor	18	105.176	60.822
Negociação de atletas	18	11.147.503	3.799.580
Outras receitas	18	1.157.099	-
Receitas com Serviços Voluntários	18	516.000	-
		24.732.114	41.786.978
(-) Custos e despesas - futebol profissional		(18.217.119)	(36.259.670)
Salários e encargos	19	(8.847.739)	(13.336.254)
Direitos de imagem	19	(1.717.685)	(625.924)
Serviços de Terceiros	19	(3.809.927)	(2.678.892)
Marketing	19	(311.286)	(42.834)
Amortização do custo de atletas	19	(1.211.185)	(4.997.748)
Depreciações	19	(401.832)	(87.276)
Contingências	19	(57.237)	(11.708.085)
Despesas gerais	19	(3.564.117)	(3.529.798)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	19	2.219.891	747.141
Despesas com Serviços Voluntários	19	(516.000)	-
(=) Superávit operacional antes do resultado financeiro		6.514.996	5.527.308
Despesas financeiras		(276.872)	(838.148)
Receitas financeiras		68.285	117.355
(=) Resultado financeiro líquido		(208.587)	(720.793)
(=) Superávits dos Exercícios		6.306.407	4.806.514

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


MAURÍCIO BORGES SAMPAIO
Presidente
CPF/MF nº 212.854.201-44


GLAUCIENE CRISTINA DA SILVA
Contadora
CRC/GO nº 013.841/O-1
CPF: 814.343.591-15

Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Superávits dos Exercícios	6.306.407	4.806.514
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.306.407</u>	<u>4.806.514</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



MAURÍCIO BORGES SAMPAIO
Presidente
CPF/MF nº 212.854.201-44



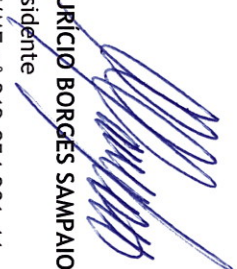
GLAUCIENE CRISTINA DA SILVA
Contadora
CRC/GO nº 013.841/O-1
CPF:814.343.591-15


Atlético Clube Goianiense

Demonstrações das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	Patrimônio social	Superávits/(déficits) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (Não auditado)	16.482.715	(30.998.879)	(14.516.164)
Superávit do exercício		4.806.514	4.806.514
Saldos em 31 de dezembro de 2017	16.482.715	(26.192.365)	(9.709.650)
Superávit do exercício	-	6.306.407	6.306.407
Saldos em 31 de dezembro de 2018	16.482.715	(19.885.958)	(3.403.243)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


MAURÍCIO BORGES SAMPAIO
Presidente
CPF/MF n° 212.854.201-44


GLAUCIENE CRISTINA DA SILVA
Contadora
CRC/GO n° 013.841/O-1
CPF: 814.343.591-15


Atlético Clube Goianiense

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
Superávit/(Deficit) do Exercício	6.306.407	4.806.514
Itens que não afetam o caixa operacional		
Provisão para riscos processuais	-	7.685.693
Depreciação e Amortização	1.467.537	5.408.502
	7.773.944	17.900.709
Aumento e diminuição das contas de ativo e passivo		
(Aumento) no contas a receber	716.180	(2.341.180)
(Aumento)/ diminuição nos tributos e contribuições a recuperar	(0)	679.605
(Aumento)/ diminuição nos demais ativos circulantes	484.076	4.247.582
(Aumento)/ diminuição nos depósitos judiciais	(404.186)	
Aumento/(diminuição) em fornecedores	99.686	2.472
Aumento/(diminuição) em obrigações trabalhistas e tributárias	(204.105)	(21.817.955)
Aumento/(diminuição) em rescisões a pagar	(2.861.756)	5.099.365
Aumento/(diminuição) em acordos processuais trabalhistas	1.195.693	(2.956.600)
Aumento/(diminuição) em outras contas a pagar	556.322	(3.988.060)
Aumento/(diminuição) em outras partes relacionadas passivas	1.171.223	-
Caixa líquido das atividades operacionais	8.527.077	(3.174.062)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado	(6.680.527)	(1.837.016)
Aquisição/venda de intangível (Atletas)	112.937	(6.779.555)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(6.567.591)	(8.616.571)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(3.047.136)	11.929.317
Caixa líquido das atividades de financiamentos	(3.047.136)	11.929.317
Aumento/(redução) líquido de caixa	(1.087.649)	138.684
Caixa no início do período	1.170.306	1.031.622
Caixa no final do período	82.658	1.170.306
Aumento/(redução) líquido de caixa	(1.087.649)	138.684

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


MAURÍCIO BORGES SAMPAIO
Presidente
CPF/MF nº 212.854.201-44


GLAUCIENE CRISTINA DA SILVA
Contadora
CRC/GO nº 013.841/O-1
CPF: 814.343.591-15

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

1. Informações gerais

A Atlético Clube Goianiense (Clube) fundado em 2 de abril de 1937, com sede administrativa e centro de treinamento situada a Rua Vitoria Regia, Qd. 01, LT. 20, Setor Urias Magalhaes, Goiânia-Go, sendo entidade civil sem fins econômicos e com personalidade jurídica própria tendo por objetivos principais cultivar, praticar e desenvolver atividades sociais, educacionais, esportivas tendo o futebol como principal bandeira.

Em 31 de dezembro de 2018, o Clube apresenta passivo a descoberto no montante de R\$(5.329.424) em 2017 R\$ (9.709.650), reduzindo 45% de seu passivo a descoberto.

A administração do Clube trabalhou em 2018 e tem trabalhado na implementação de medidas para reverter o quadro de passivo a descoberto adotando várias mediadas, entre as quais:

- Controle efetivo das despesas e revisão dos investimentos não prioritários;
- Renegociação de dívidas com redução de encargos e redução dos contratos de empréstimos;
- Elevação da receita com renovação ou negociação de novos contratos de direitos de transmissão, patrocínio e uniforme, criação de marca própria de uniformes;
- Desenvolvimento de novas parcerias de marketing;
- Ampliação do programa sócio proprietário; e
- Aumento da receita de jogos por meio de incentivos ao comparecimento da torcida e investimentos nas divisões de base como fonte de talentos.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho Fiscal e pela Diretoria em 15 de abril de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

2. Base de apresentação e políticas contábeis

2.1 Políticas contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas e de acordo com a resolução CFC 1.429 de 2013 que aprovou a ITG 2003 (R1) – Entidade Desportiva, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do clube no processo de aplicação das políticas contábeis do clube. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis estão divulgadas na nota **2.2.17**.

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, outros ativos e passivos financeiros são ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

2.2. Sumário das principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas pelo clube estão definidas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. Exceto pela adoção das normas emitidas pelo IASB e CPC, que conforme descrito na Nota explicativa 3, que não causaram impacto relevante nas demonstrações contábeis do clube.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

2.2.1. Moeda funcional

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda funcional e de apresentação do clube.

(i) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no fechamento do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado do clube.

2.2.2 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido, no caso de ativo financeiro ou passivo financeiro que não seja pelo valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias:

- (i) Custo amortizado;
- (ii) Valor justo por meio do resultado e;
- (iii) Valor justo por meio do resultado abrangente.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

2.2.4. Contas a receber

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das negociações de direitos federativos, direitos de transmissão e patrocínio e publicidade, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa ("PECLD") são constituídas com base em análise individual dos valores a receber, considerando:

- (i) O conceito de perda incorrida e perda esperada, levando em conta eventos de inadimplência que tem probabilidade de ocorrência nos doze meses após a data de divulgação das referidas demonstrações contábeis;
- (ii) Ativos financeiros que já apresentam evidência objetiva de *impairment* em 31 de dezembro 2018.

As PECLD foram constituídas em montante considerado pela Administração necessário e suficiente para cobrir prováveis perdas na realização desses créditos, os quais podem ser modificados em virtude da recuperação de créditos junto a clientes devedores ou mudança na situação financeira de clientes.

2.2.5. Estoques

Os estoques, substancialmente representados por materiais de almoxarifado e esportivos, são registrados ao custo médio de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. O custo desses estoques é reconhecido no resultado quando da baixa.

2.2.6. Outros créditos (circulante e não circulante)

Estas são demonstradas ao valor de custo ou de realização, dos dois, o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetários auferidos.

2.2.7. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável para casos de ativos qualificáveis, e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "*impairment*", quando aplicável.

Terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	Anos
Edificações	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	4 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Instalações	10 anos

Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.8. Ativos intangíveis

2.2.8.1. Atletas profissionais

Nessa rubrica estão registrados os gastos incorridos com aquisição de direitos federativos de atletas profissionais, formados na base, que são transferidos da rubrica “atletas em formação” para “atletas profissionais”, quando da profissionalização do atleta. A amortização é calculada de acordo com o prazo de vigência do contrato e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8.2. Atletas em formação

Reconhecidos pelos valores gastos diretamente relacionados com a formação de atletas (alojamento, alimentação, transporte, educação, vestuário, assistência médica, comissão técnica, etc.). Quando da profissionalização do atleta, os custos são transferidos para a conta específica de “Atletas formados” e amortizados no resultado do exercício pelo prazo contratual firmado e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.9. Redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros

Na data de cada demonstração contábil, o clube analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, o clube estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, o clube reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (impairment) e a eventual redução no valor recuperável dos ativos é registrada no resultado do exercício.

2.2.10. Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros, caso aplicável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

2.2.11. Empréstimos, financiamentos e encargos

O saldo de empréstimos e financiamentos corresponde ao valor dos recursos captados, acrescidos dos juros e encargos proporcionais ao período incorrido, deduzidos das parcelas amortizadas. Se aplicável, os saldos de empréstimos e financiamentos contemplam a variação cambial reconhecida sobre o passivo.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o clube tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.2.12. Provisões para riscos processuais

As provisões são reconhecidas quando o clube tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados ou expectativa de eventos futuros, sendo provável a saída de recursos para liquidar determinada obrigação, mensurada com base numa estimativa confiável do valor provisionado.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Dentre as provisões levantadas pelo clube, se encontram as provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, as quais são provisionadas quando os processos judiciais são avaliados como perda provável, pelos assessores jurídicos e pela Administração do clube. Essa avaliação é efetuada considerando a natureza dos processos em questão, similaridades com causas julgadas anteriormente e andamento do julgamento das causas. Quando o clube espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, este ativo é reconhecido somente quando sua realização for considerada líquida e certa, sem haver a constituição de ativos sob cenários de incerteza.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

2.2.13. Impostos e contribuições

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 178 a 192 Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018.

i) Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, está sujeito ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Medida Provisória nº 2.158 de 24 de agosto de 2001 e posteriores alterações.

ii) Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube está recolhendo a terceiros à alíquota de 4,5%, incidente sobre a folha de pagamento.

iii) Impostos sobre receitas do clube

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: Imposto/Contribuição Alíquota (%):

- Programa de Integração Social (PIS): 1,65%;
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 7,60%
- Seguridade Social (INSS): 5%

Programa de Integração Social (PIS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento do PIS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.532/97 e nº 10.833/03. (Alíquota de 1,65% para não próprias).

O Clube recolhe mensalmente 1% de Pis sobre o valor bruto da folha de pagamento salarial.

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

Em virtude de ser um Clube sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e nº 10.833/03. (Alíquota de 7,60% para não próprias).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS)

O Clube por manter equipe de futebol profissional tem a contribuição empresarial da Seguridade Social deduzida à alíquota correspondente a 5% da receita bruta decorrente:

- a) dos espetáculos desportivos de que participe no território nacional, em qualquer modalidade desportiva, inclusive jogos internacionais;
- b) de qualquer forma de patrocínio, licenciamentos de uso de marcas e símbolos de publicidade, ou propaganda e de transmissão dos espetáculos desportivos.

2.2.14. Reconhecimento da receita

2.2.14.1. Geral

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. Compreende o valor justo da contraprestação a receber pela negociação de atletas, licenciamento de produtos, patrocínios entre outros. O Clube reconhece a receita quando o valor desta pode ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos fluirão para o Clube.

Receitas com repasses de direitos federativos são contabilizadas no momento em que os contratos são assinados e/ou os direitos federativos são transferidos ao outro clube.

2.2.14.2 Receita de mecanismo de solidariedade

Decorrente do recebimento de um percentual destinado de todos os valores pagos pelas transferências internacionais dos atletas ao clube que participou de sua formação, conforme previsto no artigo 21 do Regulamento de Transferências da FIFA com o intuito de beneficiar os clubes formadores e de compensá-los financeiramente.

2.2.14.3. Receita com direito de transmissão de jogos

As receitas com direito de transmissão de jogos são contabilizadas com base nos contratos celebrados com as empresas de mídia detentoras desses direitos e reconhecidas em conformidade com a competência dos eventos vinculados a esses contratos.

2.2.14.4. Receitas de publicidade (patrocínios)

As receitas com patrocínio são contabilizadas com base nos contratos celebrados com os respectivos patrocinadores, de acordo com a vigência estipulada para veiculação de sua marca junto ao Clube.

2.2.14.5. Receitas de royalties (licenciamento de produtos)

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência, de acordo com a metodologia e taxas percentuais definidas nos contratos celebrados com os franqueados.

2.2.14.6. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

2.2.15. Novos pronunciamentos técnicos adotados

Foram aprovadas e emitidas as seguintes novas normas pelo IASB e pelo CPC, que entraram em vigor e foram adotadas efetivamente a partir de 1º de janeiro de 2018. A Administração efetuou sua avaliação conforme mencionado abaixo e não identificou impactos.

(i) IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes (CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente)

A principal mudança resultante da adoção do IFRS 15 (CPC 47) decorre dos princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e como e quando ela é reconhecida, baseada em cinco passos:

- (1)** Identificação dos contratos com os clientes;
- (2)** Identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos;
- (3)** Determinação do preço da transação;
- (4)** Alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e
- (5)** Reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A nova norma substitui o IAS 11 - Contratos de Construção e o IAS 18 – Receitas e correspondentes interpretações.

(ii) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (CPC 48 – Instrumentos Financeiros)

A norma aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros.

As principais alterações do IFRS 9 foram os novos critérios de classificação de ativos financeiros em três categorias:

- (1)** Mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente;
- (2)** Mensurados ao custo amortizado e
- (3)** Mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Dependendo da característica de cada instrumento e finalidade para quais foram adquiridos, podendo ser classificado em resultado financeiro ou resultado abrangente. Adicionalmente a norma traz um novo modelo de impairment para ativos financeiros sendo um modelo prospectivo de “perdas de créditos esperadas” com base no histórico de perdas incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas.

As classificações de passivos financeiros permanecem os mesmos já previstos no IAS 39 (CPC 39) – Instrumentos Financeiros: Apresentação, somente sendo incluídas as regras relativas aos passivos financeiros mensurados ao valor justo, não aplicável para as operações mantidas pela fundação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

A Administração adotou o novo pronunciamento e, considerando as suas transações na data de adoção, não identificou mudanças que tivessem impacto relevante sobre as demonstrações contábeis do clube, haja visto que os instrumentos financeiros que mantém não são complexos e não apresentam risco significativo de impacto em sua remensuração, assim como não apresentam risco significativo de impairment ou de redução de valor de forma significativa em função de expectativa de perdas futuras, sendo aplicado somente as classificações dos ativos financeiros nas categorias previstas.

As compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidos na data em que a operação é negociada e baixados quando os fluxos de caixa do investimento tenham vencido ou sejam recebidos, desde que todos os riscos e benefícios de sua propriedade lhe sejam transferidos.

Os ativos financeiros mantidos pelo clube em 31 de dezembro de 2018 são classificados da seguinte forma:

Custo amortizado

Ativos financeiros mantidos pelo clube são mantidos para gerar fluxos de caixas contratuais decorrentes do valor do principal e juros, quando aplicável, menos qualquer redução quanto à perda do valor recuperável. São classificados nesses itens os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro.

Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros mantidos pelo clube mensurados ao valor justo por meio do resultado correspondem aos saldos de títulos e valores mobiliários, com as variações reconhecidas no Resultado Financeiro, por opção do clube.

2.2.16. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações emitidas e não vigentes

Foram aprovadas e emitidas a seguinte norma e interpretação pelo IASB, que ainda não está em vigência e não foi adotada de forma antecipada pelo clube. A Administração avalia os impactos de sua adoção conforme mencionado abaixo:

(i) IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil (CPC 06 (R2) - Operações de Arrendamento Mercantil)

A nova norma substitui o IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de valores irrelevantes dos ativos envolvidos na operação. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações contábeis dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em Reais)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis para a contabilização de certos ativos e passivos e outras transações, e no registro das receitas e despesas do exercício. A definição dos julgamentos, estimativas e premissas contábeis adotadas pela Administração é elaborada com a utilização das melhores informações disponíveis na data das referidas Demonstrações Financeiras, envolvendo experiência de eventos passados, previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável.

As demonstrações contábeis incluem várias estimativas, tais como, mas não se limitando, a realização dos créditos a receber decorrentes da negociação de direitos federativos, provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas, *impairment* de ativos não financeiros relacionados aos atletas profissionais e ao custo de formação de atletas.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo o clube estar exposto a perdas que podem ser materiais.

4. Estimativas e premissas contábeis críticas

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Clube no processo de aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e premissas contábeis são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. Tais estimativas e premissas podem diferir dos resultados efetivos. Os efeitos decorrentes das revisões das estimativas contábeis são reconhecidos no período da revisão.

As premissas e estimativas significativas para demonstrações financeiras estão relacionadas a seguir:

a) Provisões para riscos processuais

O Clube é parte em diversos processos judiciais e administrativos como descrito na nota explicativa nº 16. Provisões são constituídas para os riscos tributários, cíveis e trabalhistas referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores legais. A Administração acredita que essas provisões para riscos processuais estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

b) Valor justo de instrumentos financeiros

A mensuração a valor justo dos Instrumentos Financeiros é feita recorrentemente, conforme requerida pelo IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. O Valor Justo de Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos que não são negociados em mercados ativos é calculado mediante o uso de técnicas de avaliação. Esse cálculo é baseado em premissas, que levam em consideração o julgamento da Administração da Clube com base em informações e condições de mercado existentes na data do balanço.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Caixa	7.925	1.000
Banco conta movimento	15.818	15.906
Aplicações financeiras	58.915	1.153.400
	<u>82.658</u>	<u>1.170.306</u>

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita financeira.

6. Contas a receber

	2018	2017
Patrocínios	720.000	1.585.000
Publicidade	905.000	114.000
Patrocínios - Loteria Esportiva	-	642.180
	<u>1.625.000</u>	<u>2.341.180</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é reconhecida quando existe evidência de perda como atraso superior há mais de 120 dias. A administração após análises individualizadas dos créditos a receber, entendeu não ser necessária a constituição da provisão estimada em créditos de liquidação duvidosa.

7. Partes Relacionadas

O Clube efetuou operações com partes relacionadas, por meio de empréstimos, cujos principais saldos e transações estão resumidos a seguir:

	Ativo circulante		Passivo circulante	
	Mútuos/empréstimo		Mútuos/empréstimos	
	2018	2017	2018	2017
Empréstimos a terceiros	-	500.000		
Empréstimo mútuo			1.171.223	
	<u>-</u>	<u>500.000</u>	<u>1.171.223</u>	

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

8. Depósitos Judiciais

	2018	2017
Depósitos Judiciais	558.979	154.793
	<u>558.979</u>	<u>154.793</u>

Depósitos judicial efetuado referente a vara de execução , depósitos referentes as causas trabalhistas do Regis dos Santos Silva, Willie Hortêncio Barbosa, Itamar Soares de Carvalho, Junior Cesar Moreira da Cunha e depósitos cíveis referentes as causas do Cleyton Rodrigues da Silva , Higor Miranda Ferreira, Mauriley Oliveira, HWS Intermediações .

9. imobilizado

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2018	2017
Terrenos	16.800.000	-	16.800.000	16.800.000
Edificações Estádio Antônio Accioly*	7.026.136	81.467	6.944.669	-
Prédios e Edificações	-	-	-	371.056
Computadores e Periféricos	74.256	51.823,52	22.432	34.249
Aparelhos de Musculação e Esportivos	177.266	53.075,55	124.190	119.255
Móveis e Utensílios	336.415,57	128.298,79	208.117	165.787
Máquinas e Equipamentos	319.074	187.201	131.873	231.580
Veículos	219.494	89.227,86	130.266	174.880
Outros	103.832,93	46.733,82	57.099	-
Obras em Andamento*	-	-	-	1.308.848
Total	<u>25.056.474</u>	<u>637.828</u>	<u>24.418.646</u>	<u>19.205.656</u>

* Refere-se a obras de ampliação do Estádio Antônio Accioly sua inauguração foi no dia 18 de agosto de 2018.

O Clube realiza depreciação fiscal calculada pelo método linear de acordo com as taxas fixadas pela receita federal.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

10. Intangível

	Contrato		Custo	Amortização	Saldo líquido		Percentual de Direito Econômico
	Início	Termino			2018	2.017	
JORGE DE MOURA XAVIER	23/02/17	31/12/20	245.000	117.172	127.828	480.715	100%
GILVAN SOUZA CORREIA	01/07/18	05/12/19	40.000	12.500	27.500	313.448	100%
THIAGO DOS SANTOS	27/08/18	31/05/19	131.600	58.489	73.111	6.396	100%
JOSÉ BRANDÃO GONÇALVES JÚNIOR	10/04/18	30/11/20	28.742	3.194	25.548	-	30%
WASHINGTON SANTANA DA SILVA	04/12/18	04/12/19	21.066	-	21.066	-	100%
MOACIR COSTA DA SILVA	14/12/18	14/12/19	55.000	-	55.000	-	100%
LUCAS PEREIRA RIBEIRO	15/09/16	02/05/23	6.686	1.317	5.369	-	100%
Atletas Profissionais			528.094	192.672	335.422	800.559	
Atletas em formação							
Sub-15					395.538	184.501	
Sub-17					334.081	299.019	
Sub-19					296.964	190.863	
Atletas em formação					1.026.584	674.384	
Total Intangível					1.362.006	1.474.942	

11. Empréstimos, financiamentos e encargos

	2018	2017
Empréstimos - CBF	673.549	3.229.730
	<u>673.549</u>	<u>3.229.730</u>

12. Obrigações trabalhistas, sociais e tributárias

	2018	2017
Acordos trabalhistas	-	950.900
Rescisões a pagar	180.797	152.328
Cheques a pagar	223.095	-
Salários a Pagar	155.417	225.078
Tributos incidentes em Folha	204.325	512.031
Provisão de Férias	164.438	156.239
Tributos Parcelados	33.915	-
Outros	190.598	14.297
	<u>1.152.585</u>	<u>2.010.873</u>

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

13. Outras Contas a Pagar

	2018	2017
Contratos a Realizar	585.000	-
Premiações a Pagar	803.281	1.319.232
Contratos de Imagem a Pagar	296.545	294.304
Contratos de Luvas a Pagar	259.146	458.286
Outros	147.144	275.000
Total Circulante	2.091.116	2.346.822
Premiações a Pagar	342.028	-
Receita Antecipada	470.000	-
Total Não Circulante	812.028	2.346.822

14. Parcelamentos Tributários

	Homologado	Pendente Homologação	Total – 2018	2017
Circulante	-	-	782.000	643.072
Total Não Circulante	-	-	782.000	645.089
Não Circulante				
Parcelamento Profut FGTS		326.619	326.619	286.684
Parcelamento Profut a Consolidar	10.575.700	703.185	11.278.885	11.156.066
Acordos Sindicais	352.500	-	352.500	-
Total Não Circulante	10.928.200	1.143.114	11.958.004	11.442.750

(i) Parcelamento de acordo com a Lei no 13.155, de 4 de agosto de 2015, que regulamentou o PROFUT. Em 23 de setembro de 2015, foi emitida a Portaria Conjunta PGFN/RFB no 1.340, que regulamentou o parcelamento junto a estes órgãos, com o pagamento em 240 prestações e desconto de 70% na multa, 40% nos juros e 100% nos encargos legais resultando em um impacto positivo de aproximadamente R\$ 4,9 milhões registrado em 2015.

Desde setembro de 2015, o Clube está recolhendo os tributos incluídos no Programa de acordo com as condições estabelecidas na Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.340.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

A confirmação dos efeitos do Parcelamento “PROFUT” depende também da consolidação do cálculo dos débitos por parte da autoridade fiscal, de modo que parte do montante hoje reconhecido no passivo do Clube poderá sofrer alterações.

Adicionalmente, a manutenção do Clube no programa de parcelamento acima mencionado está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, bem como do cumprimento de outras exigências previstas no Programa.

15. Acordos processuais a Pagar

O Atlético Clube Goianiense em 2017 passou por uma reestruturação em seu departamento jurídico realizando diversos acordos, registrando no exercício de 2017 sem segregação adequada do montante correspondente aos exercícios anteriores e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Em 2018 o clube continuou efetuando o pagamento destes acordos, além de realizar novos acordos trabalhistas.

	2018	2017
Acordos Processuais Trabalhistas CP	1.526.400	950.900
Total Circulante	1.526.400	950.900
Acordos Processuais trabalhistas LP	1.616.930	996.737
Total Não Circulante	3.143.330	1.947.637

15.1 Provisão para riscos processuais

O Clube possui processos trabalhistas e cíveis, os quais surgiram no curso normal das operações. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas constituiu provisão para cobrir as possíveis perdas das ações em curso.

O Clube é parte em diversos processos oriundos do curso normal dos seus negócios, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018, estão assim representadas:

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

	2018	2017
Provisões Trabalhistas	6.547.770	6.805.581
Provisões Cíveis	646.968	880.111
	7.194.738	7.685.692

(a) Natureza das contingências

O Clube é parte envolvida em processos trabalhistas e tributários, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

As contingências trabalhistas e previdenciárias referem-se a processos movidos por ex-atletas vinculados a verbas decorrentes da relação de emprego e a vários pleitos indenizatórios.

(b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2018 além dos valores anteriormente mencionados, não foram computados nos montantes acima R\$ 191.725,56 decorrentes de causas trabalhistas, R\$ 11.926.683,02 valor total das causas cíveis e tributárias no seu valor original pois não relatou os valores das contingências, cuja avaliação dos assessores legais do Clube aponta para uma probabilidade possível de perda, razão pela qual a Administração não registrou esse montante nas demonstrações contábeis.

16. Rescisões a pagar

O Atlético Clube Goianiense em 2017 passou por uma reestruturação em seu departamento jurídico realizando diversos acordos e rescisões registrando no exercício de 2017.

	2018	2017
Rescisões	2.237.609	5.099.365
	2.237.609	5.099.365

17. Patrimônio social

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital da Clube era de R\$ 16.482.714,81 (dezesesseis milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil e setecentos e quatorze reais e oitenta e um centavos).

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, não houve alteração no fundo patrimonial sua composição é de R\$ 16.482.714,81 (dezesesseis milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil e setecentos e quatorze reais e oitenta e um centavos).

18. Receita líquida

	2018	2017
Direitos de Transmissão	6.402.956	29.000.000
Bilheteria	923.380	4.128.702
Patrocínio/Publicidade	4.480.000	4.797.874
Programa Sócio Torcedor	105.176	60.822
Negociação de Atletas	11.147.503	3.799.580
Outras Receitas	1.157.099	-
Serviços Voluntários	516.000	-
	24.732.114	41.786.978

19. Despesas Gerais e Administrativas

	2018	2017
Salários e encargos	8.847.739	13.336.254
Direitos de imagem	1.717.685	625.924
Serviços de Terceiros	3.809.927	2.678.892
Marketing	311.286	42.834
Amortização do custo de atletas	1.211.185	4.997.748
Depreciações	401.832	87.276
Contingências	57.237	11.708.085
Despesas gerais	3.564.117	3.529.798
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(2.219.891)	(747.141)
Despesas com Serviços Voluntários	516.000	-
	18.217.117	36.259.670

20. Seguros (Não auditado)

O Clube adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis; consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

ATLÉTICO CLUBE GOIANIENSE

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em Reais)

21. Trabalho Voluntário

Em 31 de dezembro de 2018, conforme determina a ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável às entidades sem fins lucrativos, foi identificada a realização de trabalhos voluntários por parte dos colaboradores e/ou pelos membros integrantes dos Conselhos Fiscal, Administrativo e Consultivo desta Administração Regional. Diante disso, o Clube registrou os valores justos da prestação de serviços conforme nota explicativa nº 18.

* * *